

A VIDA URBANA E AS CIDADES DO FUTURO NO EMARANHADO DE SENTIDOS ENTRE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

URBAN LIFE AND FUTURE DIRECTIONS OF THE CITIES IN THE TANGLE BETWEEN COMMUNICATION AND INFORMATION

João PISSARRA ESTEVES¹

Resumo: A tese sobre a refeudalização das sociedades modernas é aqui motivo de uma revisitação, colocando o foco na sua vertente urbanística, mais diretamente relacionada com as condições de vida nas grandes metrópoles dos nossos dias. Por outro lado, procede-se a um esclarecimento dos conceitos de informação e comunicação numa perspectiva crítica, tendo como propósito superar a ambivalência tipicamente moderna constituída em torno do universo da arquitetura, com a oposição entre funcionalismo e pós-modernismo.

Palavras-chave: Cidade; Arquitetura; “Refeudalização”; Modernidade; Comunicação;

Abstract: *The thesis on the refeudalization of modern societies is here put into discussion, focusing mainly on its urban dimension, more directly related to the living conditions in the big metropolises of today. On the other hand, the clarification of the concepts of information and communication in a critical perspective aims to overcome the typical modern ambivalence formed in the realm of architecture, resulting from the conflict between functionalism and postmodernism.*

Keywords: *City; Architecture; “Refeudalization”; Modernity; Communication;*

¹ Doutor em Ciências da Comunicação, pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal), e Professor Agregado desta mesma instituição. Obras principais em livro (autor): *Sociologia da Comunicação* (2012); *O Espaço Público e os Media* (2005); *Espaço Público e Democracia* (2003); *A Ética da Comunicação e os Media Modernos* (3.^a ed., 2007). Organizador editorial: *Comunicação e Identidades Sociais* (2008); *Media e Sociedade* (2.^a ed., 2009); *Niklas Luhmann - a improbabilidade da comunicação* (1993).

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento e modernização são noções que a vida urbana dos dias de hoje não só reclama muito frequentemente, mas que também quase sempre embaralha.

O modesto trabalho que aqui se apresenta tem, assim, como propósito procurar destringir com maior precisão essas noções. Recorre para esse efeito a um ponto de vista comunicacional, ao mesmo tempo que se procede a uma revisitação da ideia de modernidade; esta observada, porém, segundo um ângulo não muito usual: o da experiência da vida quotidiana em grandes urbes enquanto realidade prática. A questão magna com que nos debatemos pode, pois, ser assim formulada: que desafio o ritmo de vida frenético das grandes cidades nos coloca no presente, o de uma reiteração da modernidade ou, pelo contrário, o da sua dissipação?

1. Uma Clarificação Epistemológica (Sobre Comunicação)

Como ponto de partida assumimos a conhecida tese da refeudalização das sociedades ocidentais desenvolvidas (Habermas, 2012 [1962], pp. 257 ss.). Trata-se, propriamente, do diagnóstico de uma patologia da modernidade, na linha do anterior tema (frankfurtiano) sobre o devir irracional da razão, em que determinados aspetos relacionados com a vida urbana e o desenvolvimento das cidades são pontuados de forma muito especial. De acordo com este enquadramento, a nossa questão de partida poderá ser assim reformulada: a ideia de uma refeudalização, tendo em atenção o universo simbólico que configura hoje as nossas cidades, continuará ainda a fazer sentido?

Mas primeiro, um esclarecimento essencial – e um alerta – relacionado com comunicação. O ambiente tecnológico em que cada vez mais nos encontramos imersos, muito em especial nos meios urbanos, promove um sentido positivista e objetificante de comunicação, de tal modo que esta se torna praticamente indistinguível da noção de

informação. O registo que aqui pretendemos seguir é, porém, outro bem diferente: interessa-nos de modo especial as formas de sociabilidade e a experiência comunicacional, ou seja, uma comunicação que se situa para além da informação e que não se limita aos aparatos tecnológicos, nem pode ser restringida a um âmbito em particular da vida social. Pretendemos equacionar a comunicação com uma outra proveniência, aquela comunicação que se entretete muito estreitamente com a vida das cidades: a partir das relações vitais complexas que ligam cidade a outras unidades sociais fundamentais de carácter mais amplo – a sociedade e a cultura.

Comunicação, neste sentido, pode bem ser um sinónimo que encontramos para a conhecida (e sugestiva) metáfora de Georg Simmel do fio-de-prumo que alinha pelo seu eixo a “superfície da existência” e o “interior das profundezas do psiquismo” humano: esse medium simbólico responsável pela construção de regularidades significantes, pelas quais “todas as exterioridades mais banais da vida se encontram, em última análise, ligadas às decisões concernentes ao significado e estilo de vida” (Simmel, 1987 [1902], p. 15).

O frenesim que envolve a tecnologia nos nossos dias faz-nos perder com facilidade este sentido maior de comunicação: não tanto a questão da extensão das suas redes, mas a profundidade dos seus processos, que fazem com que na comunicação confluem (e se estreitem entre si) a cidade, a sociedade e a cultura. A informação é uma outra realidade: será um recurso operacional desta tríade, que permite municiar os processos de sentido, mas que só enquanto reificação pode ser confundida com a essência deste. O exercício elementar de elucidação dos conceitos traz-nos à memória também Giuseppe Sacco, quando este autor preconiza a intervenção urbanística, para além da sua dimensão técnico-instrumental, como uma operação que tem a sua inscrição sempre em algo maior, a projecção de sociedades humanas (cf. 1974 [1973], p. 155).

A comunicação na cidade consiste, propriamente, no trabalho permanente de interpretação e compreensão da própria cidade – competência acessível a qualquer um e a que todos, afinal, somos chamados na nossa vida quotidiana. Ainda mais algumas palavras inspiradoras: “apenas a experiência urbana pode ser ‘cientificamente’

considerada como ‘realidade urbana’ significante” (Ledrut, 1973, p. 12); a que este mesmo autor acrescenta, num registo assumidamente fenomenológico:

A cidade é um “étant” com o qual estabelecemos relações de tipo “sensível”, que põe em jogo tanto o sujeito como o objeto [...] a cidade é também um “existant” bem individualizado que se manifesta num dado campo de experiência (Ibid., pp. 53 e 54).

Este conjunto de referências são importantes, pois, para esclarecer basicamente do que falamos quando nos referimos a comunicação.

2. A Hipótese de uma Regressão das Formas de Vida Urbanas

A tese da refeudalização das sociedades modernas foi forjada assumindo um forte sentido crítico – traço comum aos principais pioneiros da ideia, por exemplo, Jürgen Habermas (na célebre pesquisa sobre a Esfera Pública, de 1962), o ensaísta Roberto Vacca (Medioevo Prossimo Venturo, 1970) ou, ainda, o coletivo liderado por Umberto Eco (Documenti sui il Nuovo Medioevo, 1973).

Refeudalização é uma tipificação aplicada a universos de cultura e a modelos de organização social próprios de estádios avançados de desenvolvimento do mundo ocidental. Para ilustrar o sentido regressivo associado ao conceito, podemos invocar duas categorias fundadoras, por assim dizer, da própria ideia de modernidade: o Público e o Privado. A sua transmutação é equacionada por Habermas do seguinte modo:

O termo “publicidade” designava, em tempos, a exposição da dominação política perante o raciocínio público; agora a *publicity* limita-se a agregar as reações de um assentimento descomprometido. À medida que é moldada pelas *public relations*, a esfera pública burguesa volta a assumir traços feudais (2012 [1962], p. 332).

A ideia tem uma aplicação perfeitamente tangível perante a situação da vida urbana. Devemos começar por recordar que as cidades foram – e continuam ainda hoje a ser – o grande polo de irradiação da modernidade; e, também, por outro lado, que a racionalização da existência que definiu o guião, por assim dizer, desta mesma modernidade tem na comunicação a sua bussola por excelência. Recordando as nossas próprias anteriores considerações sobre comunicação, somos assim levados a concluir

que esta se assume, propriamente, como uma matriz da modernidade: seja por via de uma nova forma de sociabilidade (os públicos), de uma cultura radicalmente laicizada, de uma organização social que tem o seu fundamento na solidariedade forjada pelos valores da liberdade e da individualidade, ou, ainda, de uma nova estrutura de personalidade (centrada na subjetividade e que se afirma numa base ética). O espaço público é a esfera social onde se cruzam e entrecem todos estes fios comunicacionais, de que as cidades e a sua intensa vida urbana constituem a trama que os sustenta.

Para explicar esta conexão talvez seja útil sublinhar a importância da comunicação para a vida das cidades de um modo geral, desde o plano dos contatos mais triviais estabelecidos por todos aqueles que nelas habitam até à organização da vida coletiva de uma forma geral. A comunicação como que delimita, assim, um duplo espaço de existência: o seu próprio espaço simbólico e, também, operacionalizado a partir deste, o espaço físico propriamente dito das cidades ressemantizado em termos sociais. Esta linha de raciocínio permite-nos reconhecer um sentido comum propriamente comunicacional, por exemplo, à habitação urbana (de que o chamado lar burguês se apresenta como o grande paradigma), aos espaços de cultura em geral das cidades (bibliotecas, museus, teatros, cinemas, etc.), bem assim como aos diferentes lugares que se abrem à realização de encontros públicos (cafés, sociedades culturais e de leitura, universidades, fóruns cívicos, etc.).

A partir deste quadro de modernidade, qual o significado de uma refeudalização cujo horizonte se recorta na forma e na organização das cidades e da vida urbana nos nossos dias?

A pesquisa social documenta prolixamente uma transformação das cidades que aponta neste sentido. Temos, por exemplo, as mudanças a nível de cafés, de cinemas, de livrarias, das próprias habitações e de muitos outros espaços e contextos da vida urbana em que se observa uma retração da comunicação. O leitmotiv desta transformação é quase sempre uma refuncionalização unidimensional (comercial) desses mesmos espaços e atividades; e quando chegamos a este ponto, vemos entrecer-se ainda mais, quase inevitavelmente, ao já referido emaranhado de comunicação e informação. Mas sejamos claros: o que esta dinâmica produz é uma retração das formas de vida urbana

que se regem pela partilha, pelo pôr em comum, na acepção ritual de comunicação de James Carey (2009 [1975], pp. 12 ss.), o retrocesso de tudo aquilo que requer algum sentido de comunidade, exigências subjetivas, compromisso racional e espírito crítico.

Informação é uma entidade de outra ordem: do domínio da técnica ou com uma forte incidência técnica (o caso dos dispositivos, que hoje saturam de modo muito especial todo o espaço urbano e a vida das cidades). A informação reclama competências instrumentais (o domínio e a manipulação de códigos) e joga-se plenamente num regime de transmissão/difusão.

São complexas as causas das mudanças que produzem este emaranhado, mas interessa-nos sobretudo, neste momento, refletir sobre os seus resultados ou efeitos. Podemos mesmo falar da imposição de uma nova estrutura comunicacional no tecido urbano, a que está também associada uma nova estrutura da experiência: de um individualismo exacerbado, da generalização do anonimato e de abstratização da condição de cidadania, numa sociedade que, a um tempo, deixou de poder garantir aos seus membros quer a proteção de uma esfera própria de privacidade, quer um acesso seguro ao espaço público. William Whyte exprimiu muito sugestivamente esta regressão do sentido da comunicação d/nas cidades, tendo por referência as mudanças verificadas a nível de habitat: a casa torna-se “uma versão civil da vida de quartel” (2002 [1956], p. 278) – uma imagem que os novos condomínios privados, entretanto, tornaram absolutamente literal. Giuseppe Sacco (1974 [1973]) fala de um novo medievalismo a propósito do ambiente cultural das cidades, em resultado de uma cada vez maior rigidez (e intolerância) de códigos, o que, por sua vez, promove o surgimento de formas regressivas de vida a nível das próprias estruturas físicas das cidades: os bloqueios à circulação de pessoas, o acantonamento dos diferentes grupos sociais, a pulverização e, simultaneamente, o enclausuramento dos espaços sociais, etc. E, mais ainda, as cidades que se tornaram focos, por assim dizer, das ambivalências e paroxismos mais agudos, ao conjugarem no seu interior desde formas exacerbadas de uma vontade de poder (a nível político, de uso dos prazeres, ou de consumo e lazer), até um novo ascetismo rígido e conservador (de pequenos grupos muito fechados sobre si

mesmos, ultra defensivos, citadinos mas que assumem o anti urbanismo como sua bandeira radical).

Falamos de fenómenos muito diversos, sobre os quais não é possível uma leitura homogénea, mas aos quais ainda assim é comum um traço fundamental: a erosão da estrutura de comunicação típica da vida urbana, designadamente no que esta tem (ou tinha) de mais genuinamente moderno. Referimo-nos a uma regressão do pôr em comum, da partilha, daquilo que possibilita que as cidades se afirmem como espaços de encontro e de trocas. Em seu lugar cresce o poder desmesurado da informação: o recurso técnico puramente formal, operacionalizado como eficácia máxima de transferência e transmissão de signos abstratos (a performatividade dos dispositivos), cujo resultado inexorável é a generalização do anonimato (das relações sociais) e o isolamento (das comunidades) a nível da vida quotidiana.

Tudo isto é a negação do que Georg Simmel (1987 [1902], p. 25) admirava nas metrópoles (e na vida urbana): os lugares e o ambiente por excelência de manifestação das forças plurais e antagónicas da modernidade. O desenvolvimento das novas tecnologias operacionaliza cada vez mais uma informação sem mediações, que se torna em si mesma um fim e que já não se entretete de modo algum com a comunicação. Sem querer idealizar o passado, sabemos que a cidade moderna não chegou a neutralizar uma certa lógica segregacionista, com a marcação do seu território por uma distribuição diferenciada das várias formas de capital – recorrendo à terminologia conhecida de Pierre Bourdieu (1979, pp. 88-93). Mas é diferente o que agora se trata: é a internalização, por assim dizer, de um outro (e novo) princípio de segregação, gerado a partir de uma distribuição diferenciada da informação, que produz um sistema de acantonamentos sociais mais ou menos inamovíveis e inexpugnáveis (as muralhas físicas que transformam os condomínios fechados em verdadeiras fortalezas são, hoje, disso mesmo já apenas um pormenor e a mais perfeita metáfora).

3. Um Olhar Sobre Arquitetura – Para Pensar a Comunicação nas Cidades do Futuro

Serão as chamadas novas tecnologias de comunicação e informação responsáveis por esta erosão comunicacional de que temos estado a falar?

Não, certamente que não são. Apesar de estarem associadas a este fenómeno de uma forma estreita – sobretudo em função do tipo de usos a que as mesmas se têm prestado. E com isto abrimos o último tópico desta nossa reflexão, questionando o que nos reserva o futuro. Pretendo, mais precisamente, equacionar as possibilidades que se nos oferecem para reverter a saturação informacional que assola as nossas cidades. Poderá a comunicação ser trazida à experiência quotidiana da vida urbana à maneira de sua força realmente ordenadora?

É mais de política, pois, que falaremos em seguida – sobre as formas de organização e os usos das tecnologias de informação e comunicação. Mas sejamos claros, o escrutínio do futuro a que aqui nos propomos conjuga-se com um propósito crítico claramente assumido: pretende-se reverter a situação de refeudalização, recorrendo a um programa de reparação da comunicação.

Vamos lançar mão de alguns apontamentos sobre arquitetura para pôr em equação o futuro das cidades numa perspectiva de modernidade. O interesse de Umberto Eco pelos “signos arquitetónicos” (1968, secção III; 1971, cap. 6), no âmbito dos seus estudos semiológicos, pôs em evidência a dimensão eminentemente simbólica que a arquitetura confere ao tecido urbano; um ponto de vista que se revelou assim verdadeiramente premonitório da atualidade que a comunicação veio a assumir nesta área. À semelhança de outros domínios da cultura e das artes, também quanto à arquitetura a discussão da modernidade se revelou incontornável, pondo frente a frente na linha de polémica duas posições bem conhecidas: de um lado, os defensores (a partir de uma base autorreflexiva) da arquitetura moderna, e do outro, os que assumem a sua rejeição – posição que teve no chamado pós-modernismo a referência principal (mas, em arquitetura, sem esquecer outras variantes importantes, como seja, as correntes neo-historicistas ou a do vitalismo ecologista).

A exaltação que rodeia a ideia de pós-modernidade – também a nível de arquitetura – quase nunca ajudou a um melhor esclarecimento da sua controvérsia. Mas tentaremos em seguida fixar algum solo minimamente firme para o nosso raciocínio. Em termos estilísticos, pós-modernidade assume o significado de uma separação radical entre forma e função (propósito servido pela citação, a ironia e a espetacularidade), enquanto a nível de conteúdo impera um certo conservadorismo (associado a uma ênfase estilística mais ou menos descontextualizada). Desta combinatória resulta uma arquitetura de certa monumentalidade, de forte impacto visual e retórico, que nas suas formas de expressão mais bem-sucedidas lá consegue descobrir resposta para certas exigências funcionais do mundo moderno: a estridência de um Venturi, ou o revivalismo cripto nostálgico de Eisemann.

Estas referências precisas facilitam um melhor esclarecimento da prefixação “pós” – aplicada à modernidade. Ela pretende vincar uma separação em relação ao passado, mas ainda sem uma ideia muito nítida do que lhe se seguirá; e traduz, ao mesmo tempo, um posicionamento (ou estado de espírito) típico dos momentos fortes de transição. No entanto, a negação radicalizada que está pressuposta na ideia de pós-modernidade como que se vira contra si mesma; ou parafraseando Heidegger, “a negação apenas nega o negador”: o efeito produzido pelo impulso pós-moderno acabou por ser, paradoxalmente, o de um reforço da própria modernidade.

A autonegação (ou contradição performativa) que a ideia de pós-modernidade comporta atinge a sua forma mais intensa com a problematização do tempo: a relação presente/passado equacionada como uma descontinuidade radical. É a este nível que o pós-moderno parece revelar de forma mais explícita o seu próprio espírito (ainda) eminentemente moderno; basta recordar algumas das aporias fundamentais desta mesma modernidade: por um lado, a sua atitude tipicamente iluminista de rutura (com a tradição) e, por outro, também a interpelação (não menos moderna) desta mesma ideia por parte, por exemplo, da crítica hegeliana ou, de forma mais radical ainda, pelos Românticos (Schlegel e Schelling). Pois bem, a aporia do pensamento pós-moderno, no fundo, não é assim tão diferente desta: a dupla face de uma consciência historicista da realidade que, por um lado, leva para diante a modernidade e, por outro, não perde de

vista as tradições – à semelhança do Deus Janos, ou do Anjo da História de Paul Klee (na interpretação de Walter Benjamin, 1992 [1940], p. 162). Quando o pensamento pós-moderno, lá pelos anos 70 do século passado, assumiu uma referência mais marcadamente política, foi o aprofundamento deste paradoxo que passou a estar na ordem do dia: a crítica da cultura em nome de tradições ganha então reputação, de que a arquitetura se assume como uma área de referência maior (por ação dos chamados movimentos pós-vanguardistas).

O pós-modernismo chega à arquitetura com a crítica ao gigantismo e, também, de forma mais abrangente, a um certo modelo desenvolvimentista, mas rapidamente derivou numa renúncia radical aos fundamentos da arquitetura moderna; o espírito de provocação e uma certa mentalidade conservadora aliam-se nele para criar a sua fórmula programática, propriamente dita. Para regressarmos à comunicação, tomemos a mão de Walter Benjamin (1992 [1936-1939]), que, nas suas reflexões sobre arquitetura, reconhece a esta forma de arte como que a capacidade de uma antecipação da estética moderna, a partir do elemento fruição. A fruição típica da arquitetura (edifícios, construções, etc.) apresenta uma dimensão tátil (enquanto utilização) e uma dimensão visual (contemplativa), que a distingue da realidade das restantes formas de arte: ela não se restringe a um puro exercício de atenção, é antes o resultado de um hábito (induzido pela fruição tátil), que por si mesmo cria uma certa tomada de consciência acessória (dos objetos) (Benjamin, 1992 [1936-1939], pp. 109-110). A experiência *sui generis* da arquitetura, segundo Benjamin, constitui-se como uma espécie de protoprograma da modernidade (artística); ao mesmo tempo que, por outro lado, nos nossos dias, é a própria modernidade a afirmar-se como um tópico absolutamente incontornável dos debates sobre arquitetura.

O discurso pós-moderno fez da rejeição do funcionalismo uma bandeira – cavalgando a onda de suspeita que este conceito entretanto tinha suscitado em seu redor. Mas esta atitude parece demasiado marcada por um certo modismo: não prima por grande ponderação e incorre numa simplificação redutora, o que leva a que o pós-modernismo ignore características essenciais da modernidade enquanto estilo arquitetónico, a começar pelas suas preocupações estéticas. O funcionalismo é, na sua

origem, um projeto construtivista, que tinha como propósito incorporar as experiências vanguardistas do seu tempo a nível de pintura – a comprová-lo veja-se os casos da influência cubista junto do núcleo mais ortodoxo (Carbousier), do chamado círculo construtivista (Malevich) ou, ainda, do movimento De Stijl. A vinculação do funcionalismo à modernidade é fundamental e estabelece-se por via de uma pretensão de autonomia (cultural e estética), mas também em resultado da preocupação de conjugar estes princípios de autonomia com imperativos de finalidade e condicionalismos de ordem prática – para os quais a comunicação quotidiana e a praxis em geral se impõem como referências fundamentais (o registo muito assertivo de Adolf Loos é a este nível paradigmático). Por esta conjugação de forças, precisamente, o absolutismo mais exotérico da arte de vanguarda – do “unicamente funcional em si” e de uma “teleologia imanente” (Adorno, 1982 [1970], pp. 76 e 77) – nunca ter encontrado na arquitetura terreno favorável à sua propagação. Sobretudo importa recordar que, no seu tempo, o funcionalismo se afirmou como uma resposta audaz ao descrédito em que a arquitetura entretanto tinha caído (com a tradição historicista, em finais do século XIX, esta sim destituída absolutamente de uma preocupação estética, rendida ao desenvolvimentismo e a uma lógica especulativa); a menor consideração de Hegel pela arquitetura (a que atribuía apenas um grau inferior na escala das artes e que considerava como um produto da atividade humana sem “significação espiritual”) (1962 [1820-1829], pp. 30 e 31; pp. 98 ss.) traduz uma crítica que antecipa, precisamente, o triunfo deste decadentismo.

A própria arquitetura moderna, logo a seguir, ver-se-ia enredada numa situação semelhante, o que nos permite dizer que a sua crise não pode ser atribuída tanto a fatores endógenos, mas antes a condicionalismos externos: aos imperativos sistémicos de desenvolvimento, responsáveis por uma planificação anónima generalizada. A arquitetura moderna sucumbe a esta força, na dupla dimensão do seu projeto: os imperativos estéticos e, em conjugação com estes, as exigências culturais e sociais dos mundos da vida próprios da cidade (Habermas, 1988 [1985], pp. 23-25). E é aqui que se pode definir um recorte propriamente comunicacional para a crise da arquitetura moderna: na sua incapacidade de levar avante um projeto cultural para o espaço social e

encontrar uma resposta estilística às exigências funcionais cada vez maiores que um mundo industrializado (e hoje terceirizado) coloca. Não é nenhuma escassez de recursos de informação que nos trouxe até este ponto, bem pelo contrário, é sim o esgotamento das energias comunicacionais: quando a nível dos espaços de cultura das nossas cidades, das suas redes de transportes e comunicações, das infraestruturas comerciais e industriais, nos próprios espaços residenciais deixa de existir uma projeção que seja capaz de responder à multiplicidade dos interesses em presença, à diversidade das formas de vida e aos mundos de vida plurais que o espaço urbano acolhe. É então que as cidades na sua globalidade e as formas de vida urbana em geral se reduzem a materialidades puramente abstratas, regidas por uma lógica unidimensional (económico-financeira), que é em si mesma refratária a qualquer princípio dialógico ou comunicacional.

Vem a propósito, chegados a este ponto, a invocação de John Dewey – outra das bússolas no trajeto que aqui percorremos. Uma classe de especialistas está, inevitavelmente, tão distante dos interesses comuns como da iminência de se tornar uma classe com interesses privados e um conhecimento privado, o qual em matérias sociais não é conhecimento pura e simplesmente (Dewey, 1991 [1927], p. 207).

A defesa abnegada da inteligência social (contra o saber dos especialistas) mantém nos nossos dias plena atualidade quando se trata de discutir o futuro – seja o futuro em termos gerais das sociedades, o futuro da democracia e, também, com certeza, o das nossas cidades. Passa por esta querela em torno do conhecimento, também, a distinção informação/comunicação. Nas sociedades complexas do presente, essa inteligência social de ordem superior só pode ser alcançada, como considera Gary Bridge, numa base de “abertura, falibilidade, experimentação, crítica sistemática e capacidade de imaginação por parte da comunidade no seu conjunto”; critérios, por sua vez, que nascem a partir da “diversidade de comunicação em contextos socioculturais diferenciados” (Bridge, 2005, p. 155). Nas nossas cidades, uma comunicação potenciadora de uma inteligência social desse tipo apenas pode ser preservada em contextos que se mantenham à margem da lógica disciplinar dominante, de uma racionalidade unitária: “a miríade de espaços-tempos de comunicação que se situam

entre e no interior dos contextos socioculturais – muitas vezes mundanos, por vezes imperceptíveis e quase sempre negligenciados, mas que representam a melodia de fundo da cidade” (Ibidem).

Porventura a forma mais perversa (ou efeito) de esvaziamento comunicacional das nossas cidades seja a sua desertificação seletiva – os fenómenos de gentrificação; o que nos leva a concluir que, no limite, é a própria noção de “cidade” que pode estar, por assim dizer, em processo de implosão semântica. A lei de ferro das exigências funcionais tornou-se tão pesada que deixou de haver pura e simplesmente lugar para uma arquitetura sensível; e, no limite, sem arquitetura é a própria cidade que acabará por deixar de existir. A profusão informacional no tecido urbano ilude esta dessemantização: a babel de sinais, signos e símbolos que se projetam e propagam de forma espetacular no quotidiano das nossas cidades, em todas as direções e constantemente, num ambiente feérico de luzes e néones, é hoje o substituto (empobrecido) de uma linguagem formal propriamente dita da arquitetura.

O discurso pós-modernista idolatra muitas vezes a comunicação, mas o sentido que desta é construído não é fiável: essencialmente é um jogo formal de significantes, de que a paródia e a citação são paradigma – nada que se pareça com o ambicioso programa da arquitetura moderna, que assumia o desafio de estabelecer uma ligação (dialógica e comunicacional) com as necessidades e exigências do quotidiano (a plena diversidade das formas da vida urbana). Hoje a palavra de ordem que se afirma dita uma dissociação de forma e função, relegando para o esquecimento o grande desafio da estética modernista que era conjugar numa tensão criativa estes dois elementos – e o grande projeto de diálogo entre a arte e a vida.

O desenvolvimento das nossas sociedades pode ter tornado obsoletas certas fórmulas mais convencionais da arquitetura moderna, mas não certamente a sua motivação original. A sua crítica à lógica desenvolvimentista continua a ser de extrema utilidade, bem assim como o diálogo enquanto traço fundamental de comunicação da estética modernista. A reinvenção do modernismo arquitetônico faz plena justiça a uma ideia maior de modernidade, que mais do que apresentar-se como um projeto inacabado,

se define acima de tudo como um projeto inacabável (*ongoing project*) (Wellmer, 1990, p. 250).

Ao equacionar as dissonâncias de informação/comunicação quisemos deixar claro de que lado bate o nosso coração. Procuramos confrontar-nos com as condições de um resgate comunicacional da vida urbana e, mais exatamente, estabelecer um enquadramento em termos de modernidade para essas mesmas condições. No pressuposto de que a partir desta operação poderão resultar benefícios para a vida urbana – se a comunicação não é em si mesma uma resposta para os problemas com que as cidades hoje se debatem, não deve, porém, ser negligenciada enquanto uma promissora ferramenta metodológica para equacionar esses problemas. E como *medium* da própria experiência da arquitetura como arte – o perigo de um conhecimento de especialistas, de que nos fala Dewey, não diz respeito apenas à política (como hoje bem se comprova com uma estética cada vez mais desligada da vida).

Pensar as cidades em termos de comunicação corresponde a um enorme desafio: equacionar a possibilidade de uma reaproximação da vida urbana e da experiência comum, fazer da construção das nossas cidades um grande projeto de compreensão do mundo vivido de todos aqueles que nelas habitam. Aqui fica o nosso contributo para uma comunicação que liga e põe em relação aquilo que hoje as nossas cidades quase sempre afastam e separam, ao serviço de “uma razão verdadeiramente cosmopolita que não se quer confinada à elite nem separada em espaços transnacionais, mas emerge dos espaços urbanos de vizinhança [...]: um cosmopolitismo como forma de razão vivida quotidianamente na cidade da diferença” (Bridge, 2005, p. 158).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Teoria estética. Lisboa: Ed. 70, 1982 [1970].

BENJAMIN, Walter. Teses sobre a Filosofia da História. In _____. Sobre arte, técnica, linguagem e política. Lisboa: Relógio d'Água, 1992 [1940]. p. 157-170.

_____. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In _____. Sobre arte, técnica, linguagem e política. Lisboa: Relógio d'Água, 1992 [1936-1939]. p. 71-113.

BOURDIEU, Pierre. La distinction: critique sociale du jugement. Paris: Les Éditions de Minuit, 1979.

BRIDGE, Gary. Reason in the city of difference: pragmatism, communicative action and contemporary urbanism. New York: Routledge, 2005.

CAREY, James. A cultural approach to communication. In _____. Communication as culture: essays on media and society. New York: Routledge, 2009 [1975].

DEWEY, John. The public and its problems, Athens: Swallow Press/Ohio University Press, 1991 [1927].

ECO, Umberto. La struttura assente. Milano: Bompiani, 1968.

_____. Le forme del contenuto. Milano: Bompiani, 1971.

HABERMAS, Jürgen. A transformação estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012 [1962].

_____. Arquitectura moderna y postmoderna. In _____. Ensayos políticos. Barcelona: Ed. Península, 1988 [1985]. p. 11-28.

HEGEL, Georg W. F.. Estética – arquitectura e escultura. Lisboa: Guimarães, 1962 [1820-1829].

LEDROUT, Raymond. Les images de la ville. Paris: Ed. Anthropos, 1973.

SACCO, Giuseppe. Ciudad y sociedad hacia la nueva edad media. In ECO, Umberto et al., La nueva edad media. Madrid: Alianza Ed., 1974 [1973]. p. 93-155.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In VELHO, Otávio Guilherme (org.), O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987 [1902]. p. 11-25.

VACCA, Roberto. Medioevo prossimo venturo. Milano: Ed. Mondadori, 1970.

WELLMER, Albrecht. Models of freedom in the modern world. In KELLY, Michael (ed.), Hermeneutics and critical theory in ethics and politics. Cambridge: Mass., The MIT Press, 1990. p. 227-252.

WHYTE, William H.. The organization man. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002 [1956].